



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL

Coordenação de Gestão de Próprios
Diretoria de Arquitetura

Projeto Básico - SEEC/SEGEA/SUAG/COGEPRO/DIARQ

1. DO OBJETO

O presente Projeto Básico tem por objetivo a contratação de empresa especializada da área de engenharia, para execução da reforma da cobertura edifício Anexo do Palácio do Buriti, com área de 1.300m², com fornecimento de mão de obra, materiais, peças, componentes, equipamentos, ferramentas e elementos necessários e adequados à execução dos serviços, conforme condições estabelecidas neste Projeto Básico, nos Projetos Arquitetônico e Complementares, e demais anexos, em atendimento às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF, e às normas e legislações vigentes pertinentes-

2. DA JUSTIFICATIVA

A cobertura do edifício do Anexo do Palácio do Buriti atualmente é constituída de telhas trapezoidais em zinco galvanizado do tipo TR 40, apoiadas e fixadas em estrutura metálica de perfis enrijecidos 125x50mm que compõem tanto as terças quanto os pontaletes. A área de cobertura é de aproximadamente 1.300m² e a captação das águas pluviais se dá pelo direcionamento das duas águas do telhado para uma calha central em concreto moldado in loco com tratamento de impermeabilização. Nas empenas das paredes do telhado é embutido por baixo de rufos de concreto, também revestidos com manta asfáltica.

O acesso à cobertura se dá a partir da laje acima do 16º pavimento, na região acima do reservatório superior, em que foi criado um alçapão metálico que acompanha o caimento do telhado. O alçapão tem portinhola corrediça e é estruturado em perfis enrijecidos e chapa metálica, apresentado bom estado de conservação, embora necessite de revitalização da pintura protetiva de corrosão e pintura de acabamento.

Conforme Relatório Técnico COGEPRO, constante no processo, o desempenho do telhado está bastante comprometido quanto à estanqueidade, e por ocasião das chuvas tem havido bastante infiltração em diversos pontos que se manifestam nas áreas do pavimento inferior. Destaca-se que constam processos no âmbito dessa SEEC, relatos fotográficos e solicitação de providências quanto aos problemas de infiltração e gotejamento provenientes da cobertura, conforme Estudo Técnico Preliminar inseridos nesse processo.

A conclusão da construção do Ed. Anexo do Buriti foi em 1968, e desde então houve revisão e conserto parcial do telhado na cobertura do edifício em 2011, substituição das telhas de fibrocimento pelas metálicas atuais, e com a frequente circulação e movimentação de equipes de manutenção na cobertura, apresenta tal grau de degradação das telhas que se tornaram irre recuperáveis para o bom desempenho da estanqueidade, redundando na necessidade de execução de reforma da cobertura e telhado na forma proposta no projeto arquitetônico desenvolvido pela Diretoria de Arquitetura/ COGEPRO. Destaca-se que recentemente houve um serviço paliativo executado pela NOVACAP para amenizar os problemas infiltração e gotejamento do telhado, diminuindo os transtornos, porém não se trata de solução definitiva, e que não será suficiente nos próximos períodos chuvosos.

A referida contratação, que conforme preceito legal deve ser objeto de execução indireta, destina-se ao atendimento da demanda da Secretaria de Estado de Economia do GDF por serviços de engenharia para execução da reforma da cobertura do edifício Anexo do Palácio do Buriti, com o objetivo de melhorar o atendimento aos servidores e a todos os usuários do edifício, a fim de preservar e proporcionar segurança, funcionalidade, conforto, sustentabilidade ambiental, economia de recursos naturais, melhores condições para execução dos serviços públicos oferecidos aos cidadãos, preservar e manter o patrimônio e os bens públicos, garantido o desempenho técnico do imóvel, suas instalações e seus componentes.

É dever da SEEC preservar e manter o patrimônio e os bens públicos. Esse dever pode ser cumprido com várias ações dentre as quais é fundamental a reforma da cobertura edifício Anexo do Palácio do Buriti, garantindo a estanqueidade e conformidade às normas, em especial às normas de segurança; adequação do imóvel e instalações quanto à sustentabilidade ambiental e economia de recursos naturais. E a contratação de empresa especializada para estes serviços constitui-se na alternativa mais eficiente e eficaz para a Administração, na sua tarefa de zelar pelo patrimônio público.

Destaca-se que, entre outros, a regularização da proteção contra incêndio é providência que deve ter máxima urgência, haja vista o Procedimento Administrativo 08190.093265/12- 81, do MPDFT e MPT, de 09 de setembro de 2014, que aponta a necessidade urgente de intervenções estruturais, falta de atendimento à NR 23 quanto à proteção contra incêndios, à NR 10 no que diz respeito à manutenção das instalações elétricas, entre outras irregularidades. Trata-se de denúncia de não atendimento às normas técnicas, elevando o risco de acidentes e incêndios na edificação, pela ausência, dentre outros sistemas de combate à incêndio e pânico, da Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA) a ser executada com a reforma da cobertura.

A Administração tem a necessidade e o dever de preservar e manter o patrimônio e os bens públicos. Devido aos normativos legais elencados, à necessidade de garantir a segurança e conservação dos imóveis públicos, à idade da edificação objeto da reforma e aos problemas existentes nas suas instalações físicas **impõe-se a necessidade de contratação de empresa especializada de engenharia para a execução da reforma da cobertura do edifício Anexo do Palácio do Buriti**, objeto do presente Projeto Básico.

3. DO USO DO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL – SINAPI

3.1. Desde a edição da Lei 10.524/2002 (Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2003), o SINAPI passou a ser o balizador oficial da razoabilidade dos custos das obras públicas executadas com recursos dos orçamentos da União. Com isso pretende-se buscar:

- 3.1.1. Maior transparência com base nos preços amplamente utilizados na administração pública;
- 3.1.2. Maior controle dos custos, porque os apontamentos serão em sistema informatizado de domínio do órgão demandante;
- 3.1.3. Maior contabilidade, porque as vistorias serão realizadas por engenheiro da empresa contratada e um profissional de cada órgão demandante;
- 3.1.4. Menores custos, porque será utilizada tabela de preços reconhecida no mercado;
- 3.1.5. Maior consolidação das apropriações de despesas porque serão lançadas em sistema informatizado.

3.2. Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) mantido e atualizado pela Caixa Econômica Federal, conforme determina a Lei Distrital nº 5.695 de 02 de agosto de 2016 e suas alterações, sendo uma ferramenta consultiva que auxilia na elaboração e análise de estimativas e orçamentos, planejamento de investimentos e avaliação de contratos em obras públicas.

"Art. 44. Os preços de referência para licitações de obras a serem custeados com recursos do Distrito Federal devem ser definidos a partir de custos unitários dos itens previstos no projeto menores ou iguais a mediana dos seus correspondentes no Sistema de Custos de Obras Rodoviárias (SICRO) e no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) ".

3.3. Os preços utilizados como referência são da Tabela SINAPI, referência técnica **MARÇO/2022** e localidade Brasília/DF.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. O certame será regido pela Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, pelo Decreto Distrital nº 39.978/2019, Decreto Federal 7.983/2013 e suas alterações respectivas e demais normas aplicáveis, e pelas condições fixadas no instrumento convocatório.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO OBRA DE ENGENHARIA

5.1. A Nota Jurídica nº 187/2020 - SEEC/GAB/AJL/ULIC, no item 3.16 recomenda:

"Não obstante essas considerações, e respeitando os argumentos técnicos trazidos pela Diretoria de Engenharia, recomendamos cautela quanto a decisão de se optar pelo pregão eletrônico, em detrimento das modalidades convencionais de licitação previstas na Lei 8666/93, sob pena de frustrar o certame, e porque não o próprio interesse da Administração."

5.2. Desta forma, a classificação do objeto desta contratação e enquadra-se como obra, e o Art 6º da Lei 8.666/1993 considera:

I-Obra - toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta;

5.3. De acordo com o Art. 23 da Lei 8.666/1993:

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

b) tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões trezentos mil reais)

5.4. Como o valor estimado da reforma é de **R\$ 1.040.331,89 (Um milhão, quarenta mil, trezentos e trinta e um reais e oitenta e nove centavos)**, conforme planilha de estimativa (84126343) se enquadra no limite de Tomada de preços.

6. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1. A Nota Jurídica nº 187/2020 - SEEC/GAB/AJL/ULIC, no item 3.16 recomenda:

"Não obstante essas considerações, e respeitando os argumentos técnicos trazidos pela Diretoria de Engenharia, recomendamos cautela quanto a decisão de se optar pelo

pregão eletrônico, em detrimento das modalidades convencionais de licitação previstas na Lei 8666/93, sob pena de frustrar o certame, e porque não o próprio interesse da Administração."

6.2. Desta forma, a classificação do objeto desta contratação e enquadra-se como obra, e o Art 6º da Lei 8.666/1993 considera:

I-Obra - toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta;

6.3. De acordo com o Art. 23 da Lei 8.666/1993:

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

b) tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões trezentos mil reais)

6.4. Como o valor estimado da reforma é de **R\$ 1.040.331,89 (Um milhão, quarenta mil, trezentos e trinta e um reais e oitenta e nove centavos)**, conforme planilha de estimativa (84126343) se enquadra no limite de Tomada de preços.

7. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Esses serviços serão prestados na cobertura do edifício Anexo do Palácio do Buriti, com área de 1.300m2, localizado na Zona Cívico-Administrativa, Praça Municipal lote 03, estando este imóvel sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC.

7.2. Os serviços compreendidos pela reforma da cobertura do edifício Anexo do Palácio do Buriti serão executados de acordo com as especificações e detalhamentos dos projetos, seguindo o Cronograma físico-financeiro apresentado pela proponente junto com a proposta comercial e iniciado após a assinatura do Contrato e emissão da **Ordem de Serviço, conforme Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010.**

7.3. O projetos arquitetônico e de proteção contra descargas atmosféricas contemplam:

- 7.3.1. revisão e intervenção nas estruturas do telhado, para adequação do caimento das telhas novas e encaixe sob os rufos e sobre a calha central;
- 7.3.2. reforma e substituição do telhado existente, utilizando telhas termoacústicas, sem trespasses;
- 7.3.3. criação de passarelas para circulação e apoio às equipes de manutenção de equipamentos, das antenas, câmeras e fachadas;
- 7.3.4. criação de locais adequados para acesso às torres de telecomunicações e para instalação provisória de equipamentos para comunicação visual ou outras finalidades;
- 7.3.5. desobstrução, revisão de caimento e impermeabilização das calhas e descidas d'água;
- 7.3.6. remoção de manta asfáltica existente e posterior impermeabilização de platibandas e rufos;
- 7.3.7. revisão de impermeabilização das lajes das escadas de emergência, de todos os elementos da cobertura, tudo o que for necessário para garantir a estanqueidade da cobertura, a eliminação de infiltrações, e para adequação das instalações às normas vigentes;
- 7.3.8. levantamento e análise dos componentes do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) existente e execução da complementação, reconstituição ou substituição do sistema segundo as indicações do projeto específico.

7.4. Os Projetos Arquitetônico e do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) serão fornecidos pela COGEPRO/SUAG/SEGEA/SEEC à Contratada, em formatos e versões de arquivos digitais adequados ao estudo prévio e à impressão.

7.5. Todos os materiais, equipamentos, peças, componentes, e elementos que serão instalados e utilizados na reforma devem ser novos, duráveis, resistentes, ergonômicos, com elevado desempenho técnico, devem proporcionar economia de água e energia elétrica, facilitar a manutenção e limpeza, garantir a estanqueidade da Cobertura.

7.6. Todas as peças ou componentes que forem utilizados em substituição dos elementos defeituosos existentes deverão atender as especificações de qualidade e durabilidade contidas no Memorial Descritivo e no Caderno de Encargos. Somente será admitida outra marca/modelo, se provado ao Executor do Contrato, a descontinuidade da fabricação daquela peça pelo fabricante original e inserção no mercado nacional de outra peça similar que atenda as especificações dos órgãos de teste de qualidade.

7.7. Todos os serviços, objeto da contratação, serão efetuados em conformidade às Normas Técnicas vigentes e documentos da contratação, havendo qualquer dúvida ou omissão, caberá à Fiscalização do Contrato estabelecer padrões e procedimentos para os serviços, prestar esclarecimentos e tomar decisões com base nas normas legais e técnicas vigentes pertinentes.

7.8. Todos os serviços da reforma da cobertura do edifício Anexo do Palácio do Buriti, compreendendo demolições, construções, procedimentos, substituições, reparos de componentes e sistemas, impermeabilizações e instalações de elementos obedecerão às especificações e descrições do Memorial Descritivo e/ou Caderno de Especificações Técnicas e Encargos, aos manuais dos fabricantes e a todas as normas técnicas e legislações vigentes pertinentes.

7.9. Os projetos arquitetônico e de SPDA, o Memorial Descritivo e Caderno de Especificações e Encargos e esse Projeto Básico integram o Edital de Licitação e o sucessivo Contrato de execução de serviços de reforma da cobertura edifício Anexo do Palácio do Buriti.

7.10. As dúvidas ou omissões serão resolvidas pela Fiscalização, que será consultada, estabelecerá padrões e procedimentos e tomará decisões a fim de manter o padrão de qualidade e segurança previsto para os serviços em questão.

7.11. Nenhuma modificação será feita nas especificações dos serviços sem autorização expressa, prévia e formal da Fiscalização.

7.12. A contratação se baseia em serviços de engenharia com fornecimento de insumos com base no preço, serviços e composições SINAPI.

7.13. Na elaboração da proposta e no planejamento de execução da reforma deverão ser considerados os serviços complementares que abrangem: locação de equipamentos para içamento, incluído o projeto e o registro de responsabilidade técnica para a operação; locação de equipamento para condução e acondicionamento de entulho; proteção, isolamento e sinalização do local dos serviços; execução de canteiro de obras; restauração, reconstituições de todos os elementos e superfícies danificados durante a execução dos serviços.

8. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. A execução dos serviços será iniciada com a emissão da ORDEM DE SERVIÇO por autoridade competente, que se dará em até **05 (cinco)** dias corridos após a aprovação do cronograma pela comissão executora.

8.2. A Contratada deverá apresentar cronograma físico-financeiro, conforme etapas de execução dos serviços, no prazo de até **05 (cinco)** dias corridos após a assinatura do contrato.

8.3. O cronograma será analisado pela comissão executora em até **05 (cinco)** dias úteis, se não for aprovado, a Contratada deverá ajustar o cronograma às exigências da comissão executora em até **03 (três)** dias corridos.

8.4. A Contratada deverá fornecer a mão de obra especializada, os materiais necessários, equipamentos, ferramentas e EPI para a conclusão dos serviços.

8.5. A Contratada deverá efetuar o registro da obra no CREA/DF, CAU/DF, de acordo com o disposto na Lei nº 6.496 de 07/12/1977.

8.6. O prazo de execução dos serviços deverá ser de até **60 (sessenta) dias corridos**, a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

8.7. A medição dos serviços será realizada mensalmente ou em periodicidade menor, a critério da Administração, com base no cronograma aprovado, considerando os serviços efetivamente executados e aprovados pela comissão executora, tomando por base as especificações e os projetos.

8.8. Após a conclusão dos serviços a empresa deverá apresentar o "*as built*".

8.9. A Contratada deverá providenciar composição mínima para a equipe de serviço de maneira a atender as necessidades de execução dos serviços previstos na ORDEM DE SERVIÇO, de maneira rápida e eficiente, procurando sempre realizar os serviços no menor tempo possível e de preferência dentro de um mesmo turno de trabalho.

8.10. Todos os serviços previstos neste Projeto Básico deverão atender às seguintes normativas:

8.10.1. Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais, estabelecidas pelo Decreto nº 92.100/1985, na Portaria nº 2.296, de 23/07/97, em especial o manual de manutenção;

8.10.2. NBR 5674/2012 – Manutenção de edificações – Requisitos;

8.10.3. Demais normas da ABNT correlatas ao objeto;

8.10.4. NR 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade;

8.10.5. NR 18 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção;

8.10.6. Demais Normas Regulamentadoras do MTE, aplicáveis ao caso;

8.10.7. Normas internacionais consagradas;

8.10.8. Recomendações dos fabricantes;

8.10.9. Código de Obras e Edificações do Distrito Federal - COE - Lei Distrital 6138, de 26 de abril de 2018;

8.10.10. Orientações da Contratante.

- 8.11. A execução dos serviços relativos à ORDEM DE SERVIÇO deverá ser acompanhada por funcionário designado pelo Contratante para a fiscalização.
- 8.12. Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo pela fiscalização designada pela SEEC para acompanhar o Contrato.

9. DO CRITÉRIO DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 9.1. Os serviços serão executados conforme os Projetos Arquitetônicos e Complementares, o Caderno de Encargos e Especificações, elaborados pela Contratante, e/ou serão avaliados, autorizados, orientados e aprovados pela Fiscalização.
- 9.2. A medição de serviços será fundamentada em relatórios periódicos elaborados pela Contratada, registrando os elementos necessários à discriminação e determinação das quantidades dos serviços efetivamente executados, em um certo período de tempo de acordo com o cronograma.
- 9.3. A Contratante deverá efetuar os pagamentos das faturas, emitidas pela Contratada, com base nas vistorias da Fiscalização e, medições e relatórios de serviços verificados e aprovados pela Fiscalização, obedecidas as condições estabelecidas no Contrato.
- 9.4. O prazo de execução dos serviços será de até 60 (sessenta) dias corridos, após o recebimento da Ordem de Serviço.
- 9.5. Somente serão considerados para efeito de medição, recebimento e pagamento das faturas emitidas, os serviços efetivamente executados pela Contratada e aprovados pela Fiscalização, respeitada a rigorosa correspondência com os documentos dessa contratação, as Normas Técnicas vigentes, e definições da Fiscalização.
- 9.6. O recebimento do serviço será acompanhado e fiscalizado pela Comissão Executora, na condição de representante desta SEEC/DF, em 02 (duas) etapas:
- 9.6.1. **PROVISORIAMENTE:** O serviço será recebido provisoriamente ao final de sua execução, mediante comunicação formal por parte da empresa contratada e entrega de relatório consignando os serviços e as etapas, condicionado à inspeção realizada pela Fiscalização, **no máximo 15 (quinze) dias corridos**, que após a inspeção dos serviços e verificação de documentos, em comunicação oficial, serão indicadas as eventuais correções e complementações consideradas necessárias e estabelecido o prazo para a execução dos ajustes. O recebimento provisório só será concedido depois que a Fiscalização verificar a conformidade dos serviços com os projetos, especificações e/ou orientações da Fiscalização, e verificar a limpeza e desobstrução dos locais onde foram realizados os trabalhos, desmontagem do canteiro de obras e a completa recuperação da área pública eventualmene afetada, tais como passeios ou calçadas, acessos, vias, gramados, elementos da infraestrutura urbana (posteameto, poços de visitas e suas tampas, galerias, bocas de lobo, meios fios, etc).
- 9.6.2. **DEFINITIVAMENTE:** O recebimento definitivo do objeto, a cargo da comissão designada para este fim, dar-se-á após comprovação da adequação do objeto aos termos do edital, **no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento provisório**, após a conclusão das correções e complementações solicitadas oficialmente à Contratada e executadas dentro do prazo especificado, mediante nova verificação da Fiscalização e constatada a ausência de pendências, sendo lavrado de termo de aceite circunstanciado, que será assinado pelas partes, para que seja configurado o recebimento definitivo.
- 9.7. Serão recusados os serviços que:
- 9.7.1. Forem entregues com as especificações técnicas em desacordo com as contidas na proposta;
- 9.7.2. Apresentarem incorreções, imperfeições ou que trouxerem prejuízos estéticos ou funcionais aos ambientes e às edificações.
- 9.8. A fiscalização deverá recusar o recebimento provisório dos serviços, enquanto houver pendências, inclusive a entrega do “*as built*” e/ou demais documentos necessários pela Contratada.
- 9.9. Os serviços executados em desacordo com o especificado deverão ser refeitos pela Contratada em até 15 (quinze) dias corridos e o seu descumprimento poderá acarretar sanções conforme previsto na legislação vigente.
- 9.10. Se após o recebimento provisório for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à Contratada, o prazo para a efetivação do RECEBIMENTO DEFINITIVO será interrompido, recomençando sua contagem após o saneamento das impropriedades detectadas.
- 9.11. As exigências e pendências relatadas pela Fiscalização serão sanadas pela Contratada em até **30 (trinta) dias corridos** e a liberação do Termo de Recebimento Definitivo e da última fatura para pagamento - daquele mês, etapa ou fase do serviço, ou de todo o contrato – ficará condicionada ao cumprimento das exigências, sendo passível de glosas os serviços não executados, no todo ou em parte, ou ainda os serviços correspondentes a reparos e reconstituições não executados, no todo ou em parte.
- 9.12. Segundo o art. 69 da Lei nº. 8.666/93 é obrigação da Contratada reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados. Caso após o recebimento provisório constatar-se que os serviços possuem vícios aparentes ou redibitórios ou estão em desacordo com as especificações ou a proposta, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanado o problema.
- 9.13. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, em a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.
- 9.14. O Recebimento Definitivo só será efetuado pela Contratante após a comprovação pela Contratada de pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes sobre o objeto do Contrato.

10. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

- 10.1. Os serviços executados deverão ter **garantia mínima de 05 (cinco) anos**, contados a partir do Recebimento Definitivo.
- 10.2. Até o fim desse prazo de cinco anos, a contar do recebimento definitivo, a Contratada, sem qualquer ônus para a Contratante, efetuará os reparos necessários em decorrência da execução imperfeita dos serviços ou de danificação de materiais dentro do prazo de garantia;
- 10.3. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- 10.4. Quando do Recebimento Definitivo dos serviços, a empresa deverá fornecer certificado de garantia, por meio de documentos próprios ou anotação impressa ou carimbada na respectiva Nota Fiscal.
- 10.5. A Lei das Licitações estabelece que o recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato
- 10.6. De acordo com o artigo 618, da Lei 10406/2002 - Código Civil, nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de 05 (cinco) anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.
- 10.7. A garantia dos serviços prestados se estende aos materiais e peças aplicados, pelo período de 05 (cinco) anos, mesmo após o término do contrato e os fabricantes dos materiais utilizados fornecerão garantias desses materiais à Contratante por meio da Contratada.

11. DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 11.1. Os materiais empregados e os serviços executados deverão obedecer a todas as normas atinentes ao objeto do contrato, existentes ou que venham a ser editadas, em especial:
- 11.1.1. Normas da ABNT;
- 11.1.2. Manual de Obras Públicas – Edificações – Práticas da SEAP/SLTI;
- 11.1.3. Normas das concessionárias de serviços públicos;
- 11.1.4. Legislação de acessibilidade (NBR 9050) e as pertinentes ao fim a que se destina a manutenção.
- 11.2. Alguns itens que constam nas especificações técnicas foram exemplificados por meio de marcas, que definem os modelos de referência a serem adotados. Ao citar as marcas, visamos explicitar a qualidade de design, ergonomia, estética e funcionalidade dos produtos detalhados.
- 11.3. Algumas marcas possuem diversas linhas, com diferenças de preço, acabamento e desenho. Ao definirmos as linhas de algumas marcas, ao adotamos como modelo ou padrão básico, não excluindo a possibilidade de aquisição de outras marcas que possuem produtos equivalentes, com características técnicas e de design semelhantes.
- 11.4. Essas definições de padrão não restringem marcas específicas, somente adotam modelos referenciais para garantir a utilização de produtos de qualidade, desempenho técnico, durabilidade, resistência, acabamento, design, funcionalidade, para padronização dos materiais e garantia de estanqueidade na reforma da cobertura do edifício Anexo do Palácio do Buriti, ficando assim garantida a observância do princípio da isonomia e resguarda o interesse da Administração.

12. DA VISTORIA

- 12.1. As empresas interessadas poderão fazer o reconhecimento do local da reforma, na cobertura do Anexo do Palácio do Buriti, antes da apresentação das propostas, a fim de tomar conhecimento sobre a extensão dos serviços a serem executados, das dificuldades que poderão surgir no decorrer da execução, bem como se cientificarem de todos os detalhes necessários à perfeita execução dos serviços, em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas do Distrito Federal (Decisões nºs 1.443/2011, 3.119/2011 e 4.117/2011 do TCDF).
- 12.2. A proponente deverá apresentar, juntamente com os documentos da proposta, Modelo de Declaração de Vistoria – Anexo III, realizada, ou Declaração – Anexo IV, de que se abstém da visita técnica e conhece todos os detalhes técnicos em relação ao local de execução do objeto.

12.3. As empresas interessadas em vistoriar o local de execução dos serviços, deverão entrar em contato com a Diretoria de Arquitetura, pelos telefones (61) 3313-8174 ou 3313-8179, no horário de 09h às 18h ou pelo e-mail diarq.cogepro@economia.df.gov.br.

12.4. Será considerado que as especificações dos sistemas e equipamentos, as especificações dos Projetos Arquitetônicos, Projetos Complementares, do Memorial Descritivo e do Caderno de Encargos e Especificações, são de inteiro conhecimento da Contratada, que poderá vistoriar e levantar perfeitamente todas as instalações, sistemas e equipamentos, objeto deste Projeto Básico, não havendo omissões, o que não poderá ser alegado em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, e não desobrigará a Contratada da execução dos serviços.

12.5. O Memorial Descritivo e o Caderno de Encargos e Especificações Técnicas orientam a execução de serviços de engenharia abrangidos pela reforma da cobertura do edifício Anexo do Palácio do Buriti, sob responsabilidade da SEEC.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico, seus anexos e do Instrumento Convocatório, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, na qualidade e quantidade especificadas em sua proposta.

13.2. Fornecer as complementações e acessórios necessários, disponibilizar toda a mão de obra, equipamentos, ferramentas, aparelhos, equipamentos de proteção individuais - EPIs, peças e materiais que forem indispensáveis para a execução dos serviços, desde o início até a conclusão dos serviços de forma satisfatória, sejam eles definitivos ou temporários, e os respectivos custos deverão ser previstos e discriminados em sua proposta inicial.

13.3. Apresentar planilha de custos com base na planilha de referência do certame, e com preços unitários iguais aos ofertados na proposta, bem como planilha de composições de custos unitários, ambos no formato editável em "Excel", que passará a ser a planilha de custos contratual e servirá de parâmetro para execução do contrato.

13.4. Arcar com todos os custos necessários para a perfeita execução dos serviços, incluindo despesas dos tributos, contribuições, encargos trabalhistas e previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir.

13.5. A Contratada será responsável por todo e qualquer dano material e moral que cause à Administração, a prepostos seus ou a terceiros, por ação ou por omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, em decorrência da execução dos serviços, não cabendo à Administração responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes.

13.6. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor.

13.7. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço.

13.8. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas.

13.9. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Administração toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

13.10. A Contratada relatará à Administração imediatamente e por escrito toda e qualquer anormalidade ou irregularidade verificada na execução dos serviços, e prestará quaisquer esclarecimentos à Fiscalização da Contratante ou ao Gestor do Contrato, inclusive sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam.

13.11. A Contratada comunicará imediatamente à Contratante, por escrito e devidamente fundamentada, quaisquer divergências ou discrepâncias nos documentos desta contratação, ou transgressões às normas técnicas, regulamentos ou posturas de leis em vigor para que sejam sanados os defeitos, omissões ou divergências e os serviços sejam perfeitamente desenvolvidos. Essa comunicação não desobriga a Contratada de suas responsabilidades.

13.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1.º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

13.15. Substituir todo e qualquer material defeituoso em razão de ação ou de omissão involuntária, negligência, imprudência, imperícia ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior sem ônus para a Contratante e sem implicar alterações nos prazos estipulados no presente Projeto Básico.

13.16. Fornecer todos os equipamentos, ferramentas, máquinas, aparelhos de medições e testes, mão de obra idônea, transporte, peças, materiais e componentes que forem indispensáveis, e tudo que for necessário para a execução.

13.17. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no montante de até 50% (cinquenta por cento), do valor inicialmente contratado, nos termos do art. 65, §1º da Lei nº 8.666/1993.

13.18. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do Decreto Distrital nº 32.751, de 04 de fevereiro de 2011.

13.19. Na ocasião da assinatura do contrato, a licitante deve apresentar comprovação ou o compromisso de adoção de mecanismos para garantir a equidade salarial entre homens e mulheres com o mesmo cargo, atribuições e tempo de serviço, e com grau de instrução iguais ou equivalente, em atendimento às exigências da Lei Distrital 6.679/2020.

13.20. Obedecer rigorosamente às seguintes Normas e Práticas Complementares :

- Normas e especificações de serviços constantes deste Projeto Básico;
- Normas e especificações constantes do Caderno de Encargos e Especificações a serem disponibilizados pela contratada (71403406 e 71405134);
- Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- Normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos por essas;
- Código de Edificações – COE: Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018, regulamentado pelo Decreto 43.056, de 30 de março de 2022.

13.21. As disposições legais, Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, inclusive normas e regulamentos de concessionárias de serviços públicos (incluindo as dos Corpos de Bombeiros Militares, principalmente o CBMDF), direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato;

13.22. Os materiais e equipamentos, quando pertinente, possuirão certificações ou selos do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO;

13.23. As prescrições e recomendações dos fabricantes relativas ao emprego, uso, transporte e armazenamento dos produtos e materiais;

13.24. As Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CAU/CREA/CONFEA, em especial a Resolução nº 1.025/2009-CONFEA e alterações, que atualmente dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e o Acervo Técnico Profissional, e dá outras providências;

13.25. A Portaria 2.296, de 23/07/97 e atualizações, – Práticas de Projeto, Construção e Manutenção (SEAP – Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio).

13.26. Providenciar junto ao CREA e/ou CAU as Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica (ART's ou RRT's) referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, no prazo máximo de **07 (sete) dias úteis** após a assinatura do contrato;

13.27. Elaborar e entregar à Fiscalização da Contratante, no início dos trabalhos, até 10 dias corridos após a assinatura do Contrato, um Plano de Execução dos Serviços, que será submetido à avaliação e aprovação da Fiscalização, e conterá o programa descritivo dos serviços, conforme cronograma físico-financeiro, rotinas de serviços e especificações de ferramentas, materiais e peças necessários.

13.28. Garantir que os níveis de segurança e higiene a serem providenciados pela Contratada serão, no mínimo, os determinados pelo Departamento Nacional de Higiene e Segurança do Trabalho, do Ministério do Trabalho.

13.29. Garantir que nenhuma alteração ou modificação será feita nas especificações dos serviços e nos projetos sem aprovação e autorização expressa, prévia e formal da Fiscalização.

13.30. Consultar a fiscalização em caso de divergências entre as especificações descritas no caderno de encargos e especificações e os projetos ou outro documento integrante da licitação, as normas da ABNT prevalecerão em caso de divergências.

13.31. Obedecer rigorosamente a execução dos serviços seguindo os projetos, o do Memorial Descritivo e o do Caderno de Encargos e Especificações em suas formas, dimensões e concepções arquitetônicas e soluções complementares;

13.32. Fornecer à fiscalização, quando solicitado, informação por escrito da origem dos insumos utilizados e/ou certificados de ensaios, que comprovem a qualidade dos materiais, equipamentos e aparelhos empregados nos serviços. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela Contratada e executados por laboratório aprovado pela Fiscalização.

13.33. Submeter à aprovação antecipada da Fiscalização, independentemente de qualquer informação, pré-aprovação ou credenciamento os laboratórios idôneos pré-aprovados pela Fiscalização são: IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, Laboratórios da UNB – Universidade de Brasília e outros credenciados pelo INMETRO (credenciamento vigente).

13.34. Solicitar, mediante prévia e expressa autorização da Fiscalização e/ou caso particular, quando as condições peculiares ao local exigirem, será facultada a substituição de metodologias e/ou materiais especificados por outros equivalentes.

13.35. Indicar preposto, sujeito à aceitação da Administração, para representá-la na execução do contrato.

- 13.36. A Contratada acatará as orientações do Executor, Fiscal ou Gestor do Contrato e seu substituto legal, se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização, oferecerá os esclarecimentos solicitados e atenderá às reclamações formuladas.
- 13.37. Garantir que os serviços referentes à reforma da cobertura do edifício Anexo do Palácio do Buriti serão administrados e orientados por um dos engenheiros civis ou arquiteto, na qualidade de Responsáveis Técnicos, especialmente designado para execução do objeto desta licitação.
- 13.38. Informar a Contratante quando houver troca do engenheiro responsável pela execução dos serviços contratados, o currículo do substituto será previamente analisado e aprovado pela Fiscalização, todas as condições exigidas nesta licitação serão observadas, e será providenciada nova ART ou RRT.
- 13.39. Providenciar em caso de prorrogação, aditamento, modificação de objetivo ou qualquer outra alteração contratual exige-se ART/RRT complementar, que será vinculada ao registro original.
- 13.40. Entregar periodicamente relatórios de execução e medições dos serviços à Contratante, de acordo com a periodicidade da emissão definida pela Fiscalização.
- 13.41. Submeter previamente à aprovação da Fiscalização, amostras de todos os materiais a serem empregados, metodologias dos serviços, definição de padrões, acabamentos e cores, caso esses não estejam definidos no Caderno de Encargos e Especificações ou haja necessidade de ajustes. Cada lote ou partida de material será confrontada com respectiva amostra aprovada antecipadamente pela Fiscalização.
- 13.42. Observar que os materiais que não atenderem às especificações não serão deixados nos imóveis da SEEC e serão substituídos por materiais em conformidade com as especificações.
- 13.43. Estar ciente que não haverá depósito de materiais e/ou equipamentos nas dependências do Anexo do Palácio do Buriti, ou em outros imóveis de responsabilidade da SEEC.
- 13.44. Garantir que qualquer objeto só será colocado ou retirado dos imóveis da Contratante com supervisão e prévia autorização formal e escrita da Fiscalização.
- 13.45. Garantir que os materiais inflamáveis só serão colocados em áreas autorizadas pela Fiscalização, a Contratada providenciará para essas áreas dispositivos de proteção contra incêndio necessários à salvaguarda dos bens, de acordo com as normas da ABNT, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e demais normas vigentes.
- 13.46. Cuidar para que suas atividades causem a menor perturbação possível aos serviços públicos, às vias de acesso, e a todo e qualquer bem, público ou privado. Também providenciar toda e qualquer sinalização e/ou isolamento das áreas de serviço.
- 13.47. Retirárá diariamente todo o entulho e lixo (ensacado ou conduzido) do Ed. Anexo do Buriti, provenientes dos serviços da reforma da dos espaços físicos cobertura e do edifício Anexo do Palácio do Buriti, e limpará e organizará imediatamente esses locais.
- 13.48. Zelar para que todo o entulho e lixo sejam colocados inicialmente em container ou veículo da Contratada e, posteriormente, depositados pela Contratada, a seu ônus, em local apropriado permitido pelo GDF.
- 13.49. Realizar todo o transporte vertical e horizontal de materiais, equipamentos e ferramentas, necessários à realização dos serviços, e deverão ser autorizados previamente pela Fiscalização por escrito e formalmente, de preferência na ordem de serviço.
- 13.50. Informar a contratante a necessidade de movimentar ou modificar outros equipamentos e elementos existentes no edifício, a fim de facilitar a execução de seus serviços.
- 13.51. Nas áreas objeto dessa contratação e em áreas adjacentes, em caso de acidentes, sinistros ou fato que causem vazamentos, danos, transtornos aos serviços públicos, e problema que acarretar suspensão da disponibilidade ou da operacionalidade de qualquer sistema predial, em qualquer horário e dia, as providências de solução serão iniciadas imediatamente, a fim de evitar danos e prejuízos maiores.
- 13.52. Providenciará o que for necessário para atender as solicitações da Contratante, inclusive, quando a Fiscalização determinar execução de serviços em dias não úteis, o que será comunicado, preferencialmente, através da ordem de serviço.
- 13.53. A Contratada se submeterá aos controles de programação ou supervisão e fiscalização de serviços na forma apresentada pela Fiscalização, como os Diários de Serviços, Controles de Acesso e Presença da Equipe, Controles de Emprego de Materiais ou outros.
- 13.54. Obedecerá aos Projetos Arquitetônicos, Projetos Complementares, Caderno de Encargos e Especificações, prazos estabelecidos de início e término dos serviços, Cronogramas apresentados no seu Plano de Execução de Serviços aprovado pela Fiscalização, sujeitando-se à aprovação da Contratante antes e depois da execução dos serviços.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 14.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações deste Projeto Básico e do Instrumento Convocatório.
- 14.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 14.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 14.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 14.5. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.
- 14.6. Pagar à Contratada o valor resultante dos serviços efetivamente prestados, na forma do contrato.
- 14.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 14.7.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 14.7.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
- 14.7.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 14.7.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação.
- 14.8. Indicar onde e quando serão prestados os serviços dessa contratação, através de ordem de serviço, que descreverá, no mínimo, o tipo de serviço, o equipamento e o local.
- 14.9. Avaliar e, a seu critério, autorizar formalmente por escrito, de preferência na ordem de serviço, a retirada e/ou o transporte de materiais, ferramentas, equipamentos necessários à execução dos serviços, especialmente quando for preciso movimentar muitos ou grandes componentes, ou ainda o transporte e/ou retirada de qualquer outro objeto pertencente à Contratada dos imóveis da Contratante.
- 14.10. Comunicar prontamente à Contratada toda e qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços, e determinar o que for necessário à correção das falhas ou irregularidades observadas.
- 14.11. Efetuar os pagamentos até trinta (30) dias corridos, contados da apresentação da fatura correspondente ou nota fiscal, mediante a conferência da execução dos serviços pela Fiscalização e o atesto do Gestor do Contrato, no valor acordado em contrato específico e nas condições estabelecidas nos dispositivos legais.
- 14.12. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, denominado Comissão, Gestor, Fiscal ou Executor do Contrato, especialmente designado para este fim, nos termos do Artigo 67 da Lei n.º 8.666/93.
- 14.13. A Contratante designará formalmente uma equipe de Fiscalização para auxiliar o Gestor do Contrato.
- 14.14. A Contratante deverá permitir o acesso dos empregados da Contratada ao edifício e às suas instalações, devidamente identificados para realização dos serviços.

15. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 15.1. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante apresentar:
- 15.1.1. Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA competente da região, ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/BR, conforme art. 30, I, da Lei 8666/93, em plena validade, em nome da licitante e de seus responsáveis técnicos, que deve ser especializado em engenharia civil ou arquitetura, devendo constar obrigatoriamente o nome do responsável pelo acervo técnico utilizado nesta licitação;
- 15.1.2. A Certidão de Registro expedida, ou visada quando a empresa for de fora do Distrito Federal, pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA do Distrito Federal, ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/BR, em plena validade, deverá indicar objeto social compatível com a presente licitação, de acordo com o disposto no inciso I do artigo 30 da Lei nº. 8.666/93;
- 15.2. A comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos por meio de:
- 15.2.1. Os Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) devem ser emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho de Classe respectivo, a fim de comprovar que seu(s) responsável(eis) técnico(s) executou(aram) de forma satisfatória serviços semelhantes aos descritos neste Projeto Básico e Anexos Técnicos, registrados no CREA ou CAU, conforme art. 30, II e IV, da Lei 8666/93, considerando as características do objeto a ser contratado;

15.2.2. A empresa deverá comprovar que possui no seu quadro permanente, profissionais de nível superior na qualidade de Responsáveis Técnicos, com formação nas áreas da engenharia e/ou arquitetura, necessárias para a prestação dos serviços objetos desse Projeto Básico, devidamente registrados no CREA e/ou CAU/BR, não sendo admitido profissional em caráter autônomo, eventual ou temporário, ou contrato de experiência e/ou contrato temporário;

15.3. A comprovação do vínculo do responsável técnico junto à empresa licitante por meio de Responsável(eis) Técnico(s) indicado(s) deverá(ao) fazer parte do quadro permanente da empresa (funcionários ou sócios), comprovada essa condição por meio de cópia autenticada da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social para o empregado e do Contrato Social da Empresa, CRC da NOVACAP ou Certidão de Pessoa Jurídica do CREA para o sócio ou proprietário;

15.4. A empresa poderá apresentar tantos atestados de capacidade técnica quantos julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto semelhante ao deste Projeto Básico;

15.5. A licitante entregará no mínimo um “ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E EXECUÇÃO BEM SUCEDIDA” por Responsável Técnico, no mínimo um engenheiro civil ou arquiteto, demonstrará que seus Responsáveis Técnicos realizaram serviços em edificações não residenciais, de natureza e porte compatíveis com o objeto deste Projeto Básico, equivalentes ou superiores em características funcionais, técnicas, dimensionais, qualitativas, nível de complexidade tecnológica e operacional e especificidades, contendo o nome, graduação, ART e currículo desses profissionais. Atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado registrados no CREA ou CAU/BR;

15.6. É vedada a indicação de um mesmo engenheiro como responsável técnico por mais de uma empresa proponente, fato este que inabilitará todas as licitantes envolvidas.

16. DA ESTIMATIVA DE PREÇO

16.1. O valor estimado para a presente contratação é de **R\$ 1.040.331,89** (Um milhão, quarenta mil, trezentos e trinta e um reais e oitenta e nove centavos), conforme planilha de referência anexa a este projeto básico, e projeção descrita resumidamente na tabela abaixo:

Item	Descrição do Serviço	Valor Global Estimado
1	Contratação de empresa especializada reforma da cobertura edifício Anexo do Palácio do Buriti, com fornecimento mão-de-obra, materiais, peças, componentes, equipamentos, ferramentas e elementos necessários e adequados à execução dos serviços,	R\$ 1.040.331,89

17. DA PROPOSTA DE PREÇOS

17.1. Quando da apresentação da proposta de preços, o licitante deverá apresentar a Planilha de Composição dos Custos, conforme tabela em ANEXO II.

17.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, fretes, seguros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

17.3. O valor estimado foi apurado com base nas estimativas de serviços a serem realizados, calculados com base na tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), tabela Não-Desonerada, conforme orçamento sintético global, constante no presente processo.

17.4. Projeção da Contratação:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Serviços Estimados Obra – Base tabela SINAPI	R\$ 790.620,86
Acréscimo – BDI – 24,15%	R\$ 190.939,33
Serviços Estimados Equipamentos – Base tabela SINAPI	R\$ 53.000,00
Acréscimo – BDI – 10,89%	R\$ 5.771,70
Valor Total à Contratar	R\$ 1.040.331,89

As licitantes elaborarão suas planilhas orçamentárias, sintética e analítica, o Plano de Execução dos Serviços, de acordo com os Projetos Arquitetônicos, Projetos Complementares, Caderno de Encargos e Especificações, as planilhas anexas, tudo em papel timbrado da empresa.

18. DA TAXA DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS (BDI)

18.1. A proponente deverá apresentar a composição do Benefício e Despesas Indiretas - BDI, na planilha de formação de preços, utilizando os percentuais correspondentes ao seu regime de tributação.

18.2. Para efeito de pagamento dos serviços executados serão assegurados o BDI MÁXIMO de 24,15% (vinte e quatro por cento vírgula quinze) para obras, e 10,89% (dez vírgula oitenta e nove por cento) para fornecimento de equipamentos, conforme Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário.

18.3. A composição do BDI deverá possuir estritamente as seguintes parcelas:

- Administração Central;
- Seguros e garantias;
- Riscos;
- Despesas Financeiras;
- Tributos (PIS, COFINS, ISS e CPRB);
- Lucro.
- A Memória de Cálculo do BDI Referencial está detalhado na planilha abaixo:

DETALHAMENTO DO CÁLCULO DO BDI - OBRAS		
Grupo	Componentes	Incidências
Despesas Indiretas		
A	Administração Central	5,50%
	Seguro + Garantias	0,80%
	Riscos	1,27%
	Despesas Financeiras	1,39%
Subtotal A		8,96%
Tributos		
B	COFINS - Contribuição Para o Financiamento Seguridade Social	3,00%
	PIS - Programa de Integração Social	0,65%
	ISS - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	2,00%
	CPRB - Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta	0,00%

Subtotal B		5,65%
Bonificação		
C	Lucro	7,40%
Subtotal C		7,40%
BDI		24,15%

DETALHAMENTO DO CÁLCULO DO BDI - EQUIPAMENTOS		
Grupo	Componentes	Incidências
Despesas Indiretas		
A	Administração Central	1,50%
	Seguro + Garantias	0,30%
	Riscos	0,56%
	Despesas Financeiras	0,85%
Subtotal A		3,21%
Tributos		
B	COFINS - Contribuição Para o Financiamento Seguridade Social	3,00%
	PIS - Programa de Integração Social	0,65%
	ISS - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	0,00%
	CPRB - Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta	0,00%
Subtotal B		2,00%
Bonificação		
C	Lucro	3,50%
Subtotal C		3,50%
BDI		10,89%

18.4. Quando da apresentação da proposta de preços, o licitante deverá apresentar a COMPOSIÇÃO DO BDI conforme demonstrado tabela acima.

18.5. Os percentuais dos componentes integrantes para as composições do BDI, poderão variar para baixo ou para cima dos percentuais máximos estabelecidos pela Administração nas tabelas do subitem 18.3, desde que haja previsão legal para tais variações. As referidas variações poderão ocorrer em decorrência da estratégia comercial adotada pela empresa competidora, e ainda que respeite os percentuais máximos estimados apresentados para o BDI.

18.6. Com relação ao subitem acima referenciado, a Administração se reserva no direito de exigir que a empresa competidora honre com todos os percentuais ofertados durante o processo competitivo, na fase de execução contratual.

18.7. O orçamento estimativo das licitantes incluirá a discriminação e detalhamento da composição de todos os itens referentes, à mão de obra, aos serviços, aos materiais e respectivos quantitativos, e discriminação de todos os itens da composição do BDI e respectivos percentuais praticados. Todos os itens presentes também na planilha de formação de preços unitários da Contratante deverão ser considerados na proposta a ser apresentada.

18.8. A planilha orçamentária deverá seguir o modelo apresentado no Anexo II e ser preenchida pelas licitantes contendo discriminação do preço da hora de trabalho de cada profissional, o preço de utilização de ferramentas por hora, preço unitário de mão-de-obra e ferramentas, preço de item considerado o quantitativo, e total dos itens considerados os quantitativos.

18.9. Os preços unitários a serem propostos pela licitante discriminarão, para todos os itens da planilha, os custos relativos ao fornecimento de materiais, máquinas, equipamentos e ferramentas necessários (entregues no Ed. Anexo do Buriti), e à mão de obra e seus encargos sociais, já que as medições serão realizadas pelas quantidades de materiais efetivamente gastos e pelo tempo de trabalho dos profissionais.

18.10. O preço total geral será evidenciado na planilha de formação de preços e orçamento.

18.11. A fatura mensal será composta por valores referentes a mão de obra, serviços, ferramentas, equipamentos e materiais efetivamente aplicados na reforma. Sobre o total desses valores incidirá o valor do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas).

18.12. Em cada medição será feita dedução relativa às multas contratuais eventualmente incorridas durante o mês de referência, ou outras glosas.

19. DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

19.1. O cronograma físico-financeiro fornecido neste Projeto Básico deverá servir como referência para a Contratada, que deverá efetuar seu próprio planejamento, considerando a produtividade de suas máquinas, equipamentos e mão-de-obra, sem, contudo, exceder o prazo estipulado para a conclusão do objeto do contrato.

19.2. A Contratada deverá apresentar cronograma físico-financeiro por etapas de execução dos serviços, que deverá ser aprovado pela comissão executora.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL				
SECRETARIA DE ESTADO DE DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL				
Subsecretaria de Administração Geral - Gerência de Engenharia e Infraestrutura				
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO				
OBRA:	REFORMA DA COBERTURA DO EDÍFICIO DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI			
ENDEREÇO:	Praça Municipal lote 03, Zona Civico-Administratia - Praça do Buriti - Brasília/DF			DATA: 08/04/2022
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	TOTAL DA ETAPA (COM BDI)	Mês 01	Mês 02
01.00.000	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	290,44	100,00%	
			290,44	
02.00.000	SERVIÇOS PRELIMINARES	70.787,76	70,00%	30,00%
			49.551,43	21.236,33
03.00.000	FUNDAÇÕES E ESTRUTURA	66.770,11	100,00%	
			66.770,11	
04.00.000	ARQUITETURA E ELEMENTOS DE URBANISMO	549.575,43	30,00%	70,00%
			164.872,63	384.702,80
06.00.000	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E ELETRÔNICAS	187.982,84	40,00%	60,00%
			75.193,14	112.789,70
09.00.000	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	11.491,50	25,00%	75,00%
			2.872,87	8.618,62
10.00.000	SERVIÇOS AUXILIARES E ADMINISTRATIVOS	94.662,12	50,00%	50,00%
			47.331,06	47.331,06
	EQUIPAMENTOS	58.771,70	100,00%	
			58.771,70	0,00
	VALOR MENSAL (R\$)		465.653,38	574.678,51
	PERCENTUAL MENSAL (%)	R\$ 1.040.331,89	44,76%	55,24%
	PERCENTUAL ACUMULADO (%)		44,76%	100,00%
	VALOR ACUMULADO (R\$)		465.653,38	1.040.331,89

20. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

20.1. Os preços dos serviços não serão alterados, e os serviços serão pagos conforme preços constante na planilha orçamentária, de acordo com o disposto no art. 28 da Lei nº 9.069/1995 e art.2º da Lei 10.192/2001;

20.2. A SEEC pagará só os serviços realizados, materiais e equipamentos efetivamente utilizados, considerados os preços propostos pela Contratada e aprovados pela Contratante antes da execução dos serviços, tendo sido esses que foram previamente autorizados pela Fiscalização, e que serão pagos somente após vistoria, medição, aprovação da Fiscalização e atesto do Gestor do Contrato.

20.3. As formas, condições e prazos dos pagamentos serão efetuados conforme descrito neste item, bem como o que for estabelecido no Edital e no Contrato, devendo estar compatíveis com o artigo 65 da lei 8.666/93.

20.4. Após a verificação do cumprimento integral da etapa do Cronograma Físico-Financeiro, a comissão gestora do contrato, que autorizará a emissão de fatura/nota fiscal, e encaminhará processo administrativo para liquidação e pagamento.

20.5. Os critérios de medição dos serviços deverão estar condizentes com as respectivas unidades de medida, constantes nas Planilhas Orçamentárias Contratuais.

20.6. A emissão de fatura/nota fiscal está condicionada a autorização expressa da comissão gestora do contrato e apresentação da documentação completa prevista no Edital e/ou no Contrato.

20.7. O pagamento de cada fatura só será efetuado mediante comprovação do recolhimento das importâncias devidas ao INSS, FGTS, ISS e demais obrigações estabelecidas pela legislação vigente ou qualquer norma pertinente. A Contratante poderá reter a última fatura emitida até a Contratada apresentar esses documentos referentes ao objeto do contrato.

21. DA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

21.1. A Secretaria de Estado de Economia do DF – SEEC – acompanhará e fiscalizará a conformidade da prestação dos serviços e da liberação dos recursos vinculados ao contrato, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de uma comissão especialmente designada, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e dos Decretos n.ºs 32.598, de 15 de dezembro de 2010 e 32.753, de 04 de fevereiro de 2011, e o ato de nomeação será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.

21.2. Os membros da referida comissão deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

21.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

21.4. A comissão executora do contrato, ao verificar durante a execução contratual a necessidade de redimensionamento da produtividade inicialmente pactuada, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1.º do artigo 65 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

21.5. A comissão fiscalizadora anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1.º e 2.º do artigo 67 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

21.6. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

21.7. A Fiscalização é uma comissão designada pela Secretaria de Economia, constituída por servidores públicos a ela vinculados, que deverá realizar, entre outras, as seguintes atividades:

21.8. Instruir processo específico de Gestão de Contrato: fiscalização no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, com toda documentação pertinente aos trabalhos, fazendo remissão ao Contrato, Edital, Projeto Básico e documentos complementares, tais como Projetos Arquitetônicos e Complementares, Caderno de Encargos e Especificações, Orçamentos, Cronogramas, que subsidiem a reforma da cobertura do edifício Anexo do Palácio do Buriti, bem como todas as Correspondências, Ordens de Serviço, Relatórios Técnicos e Fotográficos, Registros de Execução dos Serviços, controle de faturamento e saldo de contrato, e outros documentos pertinentes;

21.9. Analisar, aprovar e acompanhar o Plano de Execução dos Serviços, elaborado e apresentado pela Contratada no início dos trabalhos, em conformidade com o cronograma físico-financeiro proposto (por período e rotinas de serviços) e as especificações de execução apresentadas pela Contratada na licitação;

21.10. Analisar e aprovar os eventuais ajustes necessários no Plano de Execução dos Serviços e Cronograma, elaborados pela Contratada;

21.11. Controlar a programação dos serviços de acordo com o Plano de Execução dos Serviços, previamente aprovado pela Fiscalização;

21.12. Supervisionar e fiscalizar a reforma da cobertura do edifício Anexo do Palácio do Buriti através de Diários de Serviços elaborados pela Fiscalização, Controles de Acesso e de Presença da Equipe, Controles de Emprego de Materiais e/ou outros. Os relatórios dos serviços elaborados pela Contratada serão entregues à Fiscalização para serem anexados aos Diários de Serviços;

21.13. Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade, à sequência dos serviços em execução, às interferências e interfaces dos trabalhos da Contratada com as atividades de outras empresas ou profissionais eventualmente contratados pela SEEC;

- 21.14. Esclarecer dúvidas, apresentadas pela Contratada, referentes às especificações, rotinas e procedimentos de execução de qualquer serviço da reforma descrito ou não no Caderno de Encargos e Especificações;
- 21.15. Paralisar e/ou solicitar que se refaça qualquer serviço que não seja executado conforme os Projetos Arquitetônicos e Complementares, Caderno de Encargos e Especificações, Norma Técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do Contrato;
- 21.16. Poderá recusar a aplicação de materiais substitutos que julgar não convenientes para manter o desempenho técnico ou vida útil dos sistemas e componentes prediais, durante a vigência do contrato e garantia, e/ou antes da emissão do termo de recebimento definitivo;
- 21.17. Solicitar a substituição de materiais, elementos e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços;
- 21.18. Solicitar a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços objeto do Contrato;
- 21.19. Solicitar à Contratada informação por escrito da origem dos insumos utilizados e/ou certificados de ensaios, que comprovem a qualidade dos materiais, equipamentos e aparelhos empregados na reforma. Os ensaios e verificações serão providenciados e realizados às custas da Contratada e executados por laboratório idôneo e aprovado pela Fiscalização;
- 21.20. Avaliar e aprovar previamente o laboratório escolhido pela Contratada, independentemente de qualquer informação, pré-aprovação ou credenciamento. Os laboratórios idôneos pré-aprovados pela Fiscalização são: IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, Laboratórios da UnB – Universidade de Brasília e outros credenciados pelo INMETRO (credenciamento vigente);
- 21.21. Aprovar partes, etapas e/ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições e relatórios, elaborados pela Contratada periodicamente. Conferir e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela Contratada e atestadas pelo Gestor do Contrato;
- 21.22. Definir a periodicidade da emissão de relatórios dos serviços, elaborados pela Contratada;
- 21.23. Verificar e aprovar eventuais acréscimos de serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto do Contrato;
- 21.24. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da Contratada que embarace ou dificulte a ação da Fiscalização ou cuja presença no local dos serviços seja considerada prejudicial ao andamento dos trabalhos;
- 21.25. Poderá determinar o afastamento do preposto ou de qualquer empregado da Contratada, de subcontratados e seus prepostos e empregados, se houver inoperância, desleixo, incapacidade, inexecução ou ato desabonador;
- 21.26. Poderá solicitar aumento da quantidade de funcionários da Contratada envolvidos com a reforma conforme legislação, e/ou ajustar a equipe da reforma para adequar as especialidades dos empregados da Contratada às necessidades de serviço da Contratante;
- 21.27. Alterar ordens de serviços conforme o que julgar pertinente ou necessário, registrando em Relatórios e Diários de Serviços;
- 21.28. Poderá determinar execução de serviços em dias não úteis, de preferência, na ordem de serviço;
- 21.29. Poderá determinar a troca dos equipamentos caso não atendam às necessidades;
- 21.30. Analisar, verificar e avaliar as indicações de serviços não previstos necessários, observados nas vistorias, apresentados pela Contratada que, após aprovação da Fiscalização e autorização da Contratante, serão executados pela Contratada.
- 21.31. Emitir pareceres no decorrer da execução contratual, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações, prorrogações e rescisão do contrato;
- 21.32. Solicitar as substituições de funcionários, equipamentos ou materiais quando julgar necessário e tecnicamente justificáveis;
- 21.33. A Fiscalização deverá apresentar ao Ordenador de Despesas relatórios circunstanciados a respeito dessa Execução de Contrato e formalmente todas as informações necessárias e pertinentes, sugerindo soluções para questões que surgirem;
- 21.34. A atuação ou eventual omissão da Fiscalização não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade sobre a execução dos serviços;
- 21.35. A comunicação entre a Fiscalização e a Contratada será realizada sempre formalmente por escrito, por meio de correspondência oficial, correio eletrônico (e-mail), anotações ou registros no Livro Diário de Serviços, e será inserida no Processo SEI respectivo;
- 21.36. O Diário de Serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes à execução dos serviços e deverá permanecer em posse da Contratada para anotações desta e da Fiscalização;
- 21.37. A Fiscalização deverá manter uma cópia do Diário de Serviços a fim de comprovar as anotações da Contratada.
- 21.38. A Fiscalização deverá verificar e acompanhar todos os ocorridos durante a prestação de serviço. A conclusão e aprovação de serviços, indicações sobre a necessidade de trabalho adicional, horas-extras, faltas injustificadas, acidentes de trabalho, autorização para substituição de pessoal, de materiais e equipamentos, irregularidades e providências a serem tomadas pela Contratada e Fiscalização estarão descritas no Diário de Serviços.
- 21.39. Toda orientação formal relativa aos serviços proveniente da CONTRATANTE passará a fazer parte do Contrato e deverá ser fielmente acatada pela CONTRATADA.
- 21.40. A Contratada facilitará a ampla ação da Fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, e atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.
- 21.41. Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como praticados pela Contratante.
- 21.42. A conclusão e aprovação de serviços, autorização para transporte e/ou substituição de materiais e equipamentos, indicações de irregularidades, de trabalho adicional, de providências a serem tomadas pela Contratada e Fiscalização e demais informações necessárias estarão registradas nos Relatórios de Serviços, demais documentos e comunicações pertinentes serão anexados a esses relatórios.
- 21.43. Quando se tratar de peças, materiais, componentes, equipamentos e serviços imprevistos, itens não constantes das planilhas orçamentárias da Contratada, a Contratante ressarcirá à Contratada esses custos e, para isso, será usado critério de medição para item análogo, e considerados os preços desses itens contemplados nas planilhas da proposta inicial da Contratada.
- 21.44. Caso não haja item análogo ou equivalente, a Contratada apresentará para análise e aprovação do Gestor deste Contrato, antes da execução desses serviços, três orçamentos obtidos através de pesquisa de mercado
- 21.45. As reuniões entre Contratada e Fiscalização serão preferencialmente documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela Contratada e atestadas pela Fiscalização, e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas providências a serem tomadas.
- 21.46. Todas as Ordens de Serviço ou comunicações entre a Fiscalização e Contratada, serão registradas e anexadas (uma cópia) no Diário de Serviços, que ficará com a Fiscalização.

22. DAS CONDIÇÕES DE ASSINATURA DO CONTRATO

- 22.1. Quando da assinatura do Contrato, a Contratada deverá apresentar:
- 22.2. A apresentação de Certidão de pessoa jurídica deve ser expedida pelo CREA/DF e/ou CAU/BR e, caso a licitante vencedora seja de outro Estado, a certidão deve ser obrigatoriamente visada pelo CREA/DF;
- 22.2.1. Prova de inscrição ou registro dos seus responsáveis técnicos junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto, na categoria Engenharia/Arquitetura.

23. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 23.1. Para a prestação dos serviços será formalizado um Contrato Administrativo estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, garantias, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Projeto Básico e da proposta de preços da licitante vencedora.
- 23.2. A vigência do contrato será de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data de sua assinatura. Podendo ser prorrogado, se for necessário e quando se enquadrar na hipótese prevista no art. 57, §1º, da Lei 8666/93.

24. DA GARANTIA CONTRATUAL

- 24.1. O Contratado, no prazo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, podendo optar por qualquer das modalidades previstas no art. 56 da Lei n.º 8.666, de 1993.

25. DO CONSÓRCIO E DA SUBCONTRATAÇÃO

- 25.1. A participação de consórcios não será admitida, uma vez que o objeto a ser adquirido é amplamente comercializado por diversas empresas no mercado. Tal permissibilidade poderia causar dano à administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.
- 25.2. A subcontratação será admitida, no limite de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, para o serviços de aquisição e instalação de :plataforma elevatória, painel em madeira com acústico e forro de fibra mineral.

- 25.3. A Contratada não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar todos os serviços objeto do contrato.
- 25.4. A Contratada somente poderá subcontratar parte dos serviços se a subcontratação for admitida no contrato, e for aprovada prévia e expressamente pela Contratante.
- 25.5. Se autorizada a efetuar a subcontratação de parte dos serviços, a Contratada realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 25.6. A Fiscalização poderá admitir e aprovar a subcontratação de serviços a seu exclusivo critério, sem que tal aprovação implique qualquer aceitação de transferência de responsabilidade.
- 25.7. As Subcontratadas deverão atender a todas as normas e legislações vigentes pertinentes.

26. DA COTA RESERVADA

26.1. Quanto à previsão do benefício da Cota Reservada prevista na Lei Distrital nº 4.611/2011, que regulamenta no Distrito Federal o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, esclarecemos que tal proveito não se aplica à contratação almejada, deixando de contemplar item exclusivo, tendo em vista que a logística implícita a ser empregada pressupõe necessidade de pessoa jurídica com capacidade robusta de insumos para sua execução, em especial no que diz respeito à logística dos recursos a serem empregados e, ainda, por ser objeto de natureza indivisível.

27. DA SUSTENTABILIDADE

A Contratada deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no Art. 2º, da Lei Distrital nº 4.770/2012, em conformidade com o Decreto Federal nº 7.746/2012, que regulamenta o Art. 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993, estabelece a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, devendo ser observados os requisitos ambientais como menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

28. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

28.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da execução é aquela prevista no Instrumento Convocatório.

29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. As dúvidas referentes ao presente Projeto Básico poderão ser esclarecidas pela Coordenação de Gestão de Próprios pelo telefone 3313-8179, ou no endereço: Zona Cívico-Administrativa, Praça do Buriti, Anexo I do Palácio do Buriti – 15º andar – Sala 1509.

30. DOS ANEXOS

30.1. São partes integrantes do presente Projeto Básico os seguintes anexos:

ANEXO I – Memorial de Cálculo do BDI referencial;

ANEXO II – Modelo de Planilha Estimativa de Custos;

ANEXO III – Modelo de Declaração de Vistoria;

ANEXO IV – Modelo de Declaração de Abstenção da Vistoria;

ANEXO V – Modelo de Proposta Comercial;

ANEXO VI – Modelo de Composição do BDI.

Documento Técnicos anexos ao presente processo eletrônico fazem parte do arcabouço de informações para contratação objeto deste projeto básico:

- Projeto de Arquitetura ;
- Projeto de SPDA;
- Memorial Descritivo de Arquitetura;
- Caderno de Especificações - SPDA;
- Planilha Estimativa e de Composição de Custos Unitários - CCU's.

31. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E APROVAÇÃO

ELIZABETE BORGES E BORGES

Representante da Área Requisitante

ANA PAULA GUIMARÃES PINHEIRO MITUITE

Representante da Área Técnica

JOSIMAR FERREIRA EVANGELISTA

Representante da Área Administrativo-Financeira

Aprovo o presente Projeto Básico, por sua pertinência temática e especificação técnica, nos termos do Inciso I, § 2º, Art 7º, da Lei Federal 8.666/1993.

ALEXANDRE OLIVEIRA DE CARVALHO

Subsecretária de Administração Geral

ANEXO I

TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2022-SEEC

MEMORIAL DE CÁLCULO DO BDI REFERENCIAL

1. Considerações Iniciais

1.1. Histórico

O BDI vem sendo objeto de análises por parte da Administração a fim adequar os percentuais propostos à realidade das contratações de obras e de serviços de engenharia efetuadas pelos Órgãos, estabelecendo percentuais de BDI distintos para serviços, materiais e para equipamentos.

O TCU em 2013 elaborou o “ESTUDO SOBRE TAXAS REFERENCIAIS DE BDI DE OBRAS PÚBLICAS E DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS RELEVANTES” com base no Acórdão 2.369/2011 que auxilia na parametrização dos valores deste memorial de cálculo.

Extraí-se do referido manual as folhas 10:

“o Decreto 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União. Trata-se da obrigatoriedade de inclusão nos editais de licitação de composições de custos unitários de serviços e do detalhamento do BDI, com a devida discriminação de cada componente de custos, fundamental para conferir transparência e controle nas contratações de obras públicas, o que evita a ocorrência de lacunas dentro do orçamento e possibilita a verificação dos serviços e preços efetivamente contratados e sua adequação aos valores praticados pelo mercado.”

Com a finalidade de adequar a realidade da SEEC foi adotado os parâmetros indicados na AGU que constitui órgão similar a PGDF no tocante a prestação de consultoria jurídica e

subordinação técnica-jurídica, por isso a indicação de detalhamento de BDI que se segue.

1.2. Acórdão nº 2.622/2013 - TCU – Plenário

O Acórdão nº 2.622/2013 - TCU versa sobre as faixas de valores dos itens Componentes do cálculo do BDI, bem como os valores referenciais de BDI por faixa de valores de obras de edificações.

1.3. Componentes do BDI

Os itens considerados no cálculo do BDI estão contemplados nas tabelas do Acórdão 2.622/2013 e também podem ser verificados no Art. 9º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para a elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, sendo:

I - taxa de rateio da administração central;

II - percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluídos aqueles de natureza direta e personalística que oneram o contratado;

III - taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento; e

IV - taxa de lucro.

2. Equação do Cálculo do BDI

Para o cálculo do BDI foi considerado a equação proposta pelo relatório que fundamentou o Acórdão nº 2.622/2013, ilustrada abaixo:

Onde:

AC é a taxa de rateio da administração central;

R corresponde aos riscos;

S é uma taxa representativa de Seguros;

G é a taxa que representa o ônus das garantias exigidas em edital;

DF é a taxa representativa das despesas financeiras;

L corresponde ao lucro/remuneração bruta do construtor e;

I é a taxa representativa dos tributos incidentes sobre o preço de venda (PIS, Cofins e ISS).

3. Premissas e Considerações para o Cálculo do BDI

3.1. Administração Central - AC

O acórdão nº. 2.622/2013 estabelece que essa parcela fique entre 3,00% e 5,50%, para obras de construção de edifícios.

Várias bibliografias apontam para uma taxa variando entre 2% e 15%, conforme cita o relatório que fundamentou o acórdão 2369/2011, a saber:

"Mozart Bezerra da Silva, em seu livro 'Manual de BDI', 1ª Edição, 2006 (p. 56 e 57), apresenta orçamentos para oito portes de empresas construtoras dos quais pode ser inferido que o rateio da Administração Central terá uma relação inversa com o custo direto. Tais estudos indicam uma taxa de administração central variando de 5 % a 15%. Também, Maçahico Tisaka – "Orçamento na Construção Civil", 1ª Edição, 2006 (p. 93) – considera o rateio da Administração Central variando entre 5% e 15%, e Aldo Dórea Mattos – Como preparar orçamento de obras, 1ª Edição, 2006 (p. 208 e 209) afirma que os valores mais comuns ficam entre 2% e 5% do custo da obra. Já André Luiz Mendes e Patrícia Reis Leitão Bastos, em 'Um aspecto polêmico dos orçamentos de obras públicas: Bonificação e Despesas Indiretas (BDI)', publicado na Revista do Tribunal de Contas da União. Brasília, v. 32, n. 88, abr/jun 2001, sugerem, para a composição do BDI dos orçamentos de obras públicas, a adoção de uma taxa de administração central de 6%."

Diversos são os fatores que podem influenciar as taxas de administração central praticadas pelas empresas, podendo ser citados: estrutura da empresa, número de obras que a empresa esteja executando no período, complexidade e prazo das obras, bem como o faturamento da empresa. Assim, compor a taxa de Administração Central depende dos gastos de cada empresa, os quais são extremamente variáveis em função do seu porte e dos contratos que são por ela administrados.

Assim, constata-se que adotar uma equação para o cálculo do rateio da administração central a exemplo da proposta por Maçahico Tisaka – 'Orçamento na Construção Civil', 1ª Edição, 2006 (p. 91) é totalmente inútil para o gestor público, pois este não conhece, a priori, qual o faturamento e a estrutura de custos da empresa que ganhará a licitação e/ou executará a obra.

Deste modo, considera-se de bom senso utilizar para a **Administração Central** a taxa de **5,50%**.

3.2. Seguro (S) e Garantias (G)

Acórdão 325/2007-TCU trouxe para o BDI o item Seguro que é a previsão de uma taxa específica para cobrir as despesas advindas da contratação de seguros para cobertura dos riscos que são inerentes ao ramo da construção civil, visto que reduzi-los a zero é, de forma evidente, impossível. São contratos regidos pelo direito privado firmados entre o particular.

Quanto às Garantias refere-se ao custo para cumprir o contrato oferecendo as garantias previstas tais como caução.

Foram consideradas as recomendações dadas pelos Acórdão 2.622/2013, ou seja, utilizar o valor mínimo igual a zero nos casos em que não haja exigência no edital até o valor de 0,80% quando somado ao item Seguro.

Assim, considerou-se o valor de **0,80%** para **Seguros e Garantias (S+G)** com base nos valores da tabela de obras do Acórdão 2.622/2013.

3.3. Riscos e Imprevistos – R

Os riscos de engenharia são aqueles associados diretamente às atividades empresariais propriamente ditas de construção civil, comuns à execução de qualquer empreendimento e suportados pelo contratado. São riscos usuais de negócio de um construtor que podem impactar a execução, o gerenciamento, a produtividade e a performance da obra, com consequências significativas sobre os seus custos globais, conforme Estudos do TCU. São riscos: riscos de engenharia, riscos normais de projetos de engenharia, riscos de erros de projetos de engenharia, riscos associados a fatos da Administração, riscos associados à área extraordinária/extracontratual.

Considerou-se de bom senso trabalhar com a faixa de valores do item Riscos da tabela do Acórdão 2.622/2013, adotando o valor de 1,27%, conforme o item "Construção de Edifícios", o qual compreende obras de construção, reforma de edificações e obras aeroportuárias-terminais.

3.4. Despesas Financeiras – DF

Conforme Lei 4.320/1964, arts. 62 e 63, salvo casos excepcionais, as entidades contratantes só podem legalmente pagar pelos serviços após sua efetiva realização nos contratos de obras públicas. Deste modo, a contratada adquire os insumos e realiza os serviços com seus próprios recursos, e recebe pelos serviços em até 30 dias após a medição, conforme estabelece a Lei n. 8.883/1994. Ocorre, com isso, uma defasagem entre o momento do desembolso e o momento do efetivo recebimento, o que acarreta perda monetária.

Sendo a Selic a taxa oficial de juros definida pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central, considera-se adequada a sua utilização para a definição de um patamar para remunerar as despesas financeiras, conforme consta no relatório que fundamentou o Acórdão nº 2.369/2011 e nº 2.622/2013 – Plenário. Entende-se que o orçamento-base da Administração Pública deve adotar como taxa de juros referencial aquela que corresponda ao custo oportunidade do capital aplicado no serviço pelo contratado, já que a defasagem de tempo entre as entradas e saídas de caixa representa a possibilidade de aplicação do capital investido em outras formas de investimentos. Outro ponto a ponderar o uso da Selic "*seria a referência mais adequada para a remuneração das despesas financeiras de uma obra pública com vistas a resguardar a Administração Pública de taxas abusivas e a garantir ao contratado uma justa remuneração pela prestação de serviços*". Adotando-se o percentual de **1,39%** fica atendidos os parâmetros indicados pelos Acordãos TCU.

3.5. Lucro - L

O lucro é outra parcela reconhecidamente complexa de se estimar, apresentando grande variação de valores propostos entre os autores da área e também nos adotados pelos órgãos públicos em suas licitações.

Considerou-se a taxa de **Lucro** de **7,40%**.

3.6. Impostos - I

Para as alíquotas do PIS e COFINS foi considerado o regime de incidência cumulativa, com base no art. 8º da Lei n. 10.637/2002 e art. 10º da n. Lei 10.833/2003 (alterada pela Lei 13.043/2014), que apontam as pessoas jurídicas e receitas que permanecem sujeitas ao regime cumulativo, dentre elas, as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada de obras de construção civil (Lei n. 12.375/2010). Assim, as obras de construção civil contribuem para o PIS e a COFINS utilizando as alíquotas de contribuição de 0,65% e 3,00% do faturamento bruto, respectivamente.

3.6.1. PIS

Conforme exposto acima e dado pela tabela de BDI para construção de edifícios, dada pelo Acórdão nº 2622/2013, considera-se o valor de **0,65%** para o **PIS**.

3.6.2. COFINS

Conforme exposto anteriormente, considera-se o valor de **3,00%** para o **COFINS**.

3.6.3. ISS

Para o ISS, a alíquota mínima foi fixada em 2% pelo art. 88, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, enquanto a alíquota máxima foi

estipulada em 5% pelo art. 8º, inciso II, da Lei Complementar n. 116, de 31/07/2003.

Ressalte-se, ainda, conforme o § 2º, inciso I, art. 7º dessa mesma Lei Complementar, que a base de cálculo desse tributo é o preço do serviço, excluindo-se desse número o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços.

Assim, sendo a obra executada no Distrito Federal, conforme o Lei 3.269 de 31 de dezembro de 2003, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza para obras de construção civil passou a ser de **2,0%**.

4. Valor do BDI

Considerando a equação:

$$BDI = \frac{[(1 + (AC + S + R + G))(1 + DF)(1 + L) - 1]}{(1 - I)} \times 100$$

e os parâmetros do item 3, temos: **BDI % = 24,15%**

COMPOSIÇÃO DO BDI

DETALHAMENTO DO CÁLCULO DO BDI CONSIDERANDO A PLANILHA		
AC	Administração Central	5,50%
S	Seguro	0,40%
R	Risco e Imprevisto	1,27%
G	Garantia	0,40%
DF	Despesas Financeiras	1,39%
L	Lucro bruto	7,40%
I	Tributos incidentes sobre o preço de venda (I)	
	PIS	0,65%
	CONFIS	3,00%
	ISS	2,00%
EXECUÇÃO DE OBRAS		
BDI Calculado		24,15%

Fórmula:

$$BDI = \frac{[(1 + AC + S + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + L) - 1]}{(1 - I)} \times 100$$

$$(1 - I)$$

Bibliografia

- Manual de Licitações e Contratações Administrativas – AGU
- Manual de Obras e Serviços de Engenharia - AGU
- Fundamentos da Licitação e Contratação
- Estudo Sobre Taxas Referenciais de BDI de Obras Públicas e de Equipamentos e Materiais Relevantes – TCU
- ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU – Plenário
- ACÓRDÃO Nº 2.369/2011 – TCU – Plenário
- ACÓRDÃO Nº 325/2007 – TCU – Plenário
- NOTA TÉCNICA Nº 3/2009 – SCI ATUALIZADA EM 18/03/2010 – STF
- Decreto 7.983/2013
- ORIENTAÇÕES PARA
- ELABORAÇÃO DE PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DE OBRAS PÚBLICAS – TCU
- Decisão Ord. TCDF 1583/2014

ANEXO II

TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2022-SEEC MODELO DE PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS

(LOGO E IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE)	
CAPA DA PLANILHA ESTIMATIVA	
(Conforme Lei 8.666/93, artigo 40, parágrafo 2º, inciso II)	
OBRA:	REFORMA DA COBERTURA DO EDÍFICIO DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI
Nº PROCESSO:	00040-00025864/2020-47
ENDEREÇO:	Praça Municipal lote 03, Zona Cívico-Administratia - Praça do Buriti - Brasília/DF
PRAZO:	02 MESES (60 dias corridos)
DATA:	
TABELA REFERÊNCIA:	SINAPI - (mês/ano)-SDS
ÁREA DE CONSTRUÇÃO:	1.300,00M2
Responsável pelo orçamento:	
OBSERVAÇÕES:	
ESTIMATIVA DE EDIFICAÇÕES :	
01. SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS	
02. SERVIÇOS PRELIMINARES	
03. FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS	
04. ARQUITETURA E ELEMENTOS DE URBANISMO	
06. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E ELETRÔNICAS	
09. SERVIÇOS COMPLEMENTARES	
10. SERVIÇOS AUXILIARES E ADMINISTRATIVOS	
SUB-TOTAL OBRA	R\$ -
BDI (\$) - OBRA	R\$ -
TOTAL(1): R\$ -	
ESTIMATIVA DE EQUIPAMENTOS :	
LOCAÇÃO DE GUINDASTE INCLUINDO PLANO DE RIGGING E SERVIÇO DE IÇAMENTO	
SUB-TOTAL EQUIPAMENTOS	R\$ -
BDI (\$) - EQUIP.	R\$ -
TOTAL(2): R\$ -	
TOTAL GERAL (1)+(2): R\$ -	
NOTAS:	
*Esta planilha é orientativa. Desta forma, é de inteira responsabilidade do contratado as quantidades e valores necessários a completa execução da obra.	

(LOGO E IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE)						
PLANILHA ESTIMATIVA EDIFICAÇÃO						
OBRA:	REFORMA DA COBERTURA DO EDÍFICIO DO ANEXO DO PALÁCIO DO BURITI			DATA:		
ENDEREÇO:	Praça Municipal lote 03, Zona Cívico-Administratia - Praça do Buriti - Brasília/DF			ÁREA:	1.300,00M2	
ENCARGOS TRABALHISTAS:	Horista=113,69% / Mensalista=73,06%		B.D.I.:	TAB. REF.:	SINAPI - NOVEMBRO/2021-SDS	
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO(R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
01.00.000		SERVIÇOS TÉCNICO PROFISSIONAIS				
01.01.000		DESPESAS LEGAIS				
01.01.100		TAXAS				
01.01.101	CREA-DF	ART DO CONTRATO	UN			
					SUBTOTAL ITEM 01	
02.00.000		SERVIÇOS PRELIMINARES				
02.01.000		CANTEIRO DE OBRAS				
02.01.100		CONSTRUÇÕES PROVISÓRIAS				
02.01.101	10775	LOCAAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITARIO, PARA ESCRITORIO, COMPLETO, SEM DIVISORIAS INTERNAS	MÊS			

02.01.102	10776	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA ESCRITORIO, SEM DIVISORIAS INTERNAS E SEM SANITARIO	MÊS			
02.01.400		PROTEÇÃO E SINALIZAÇÃO				
02.01.401	98458	TAPUME COM COMPENSADO DE MADEIRA. AF 05/2018	M2			
02.01.402	CCU - 02.001	PLACA DE OBRA EM CHAPA AÇO GALVANIZADO, INSTALADA	M2			
02.02.000		DEMOLIÇÃO				
02.02.100		DEMOLIÇÕES CONVENCIONAIS.				
02.02.101	CCU - 02.002	REMOÇÃO DE IMPERMEABILIZAÇÃO COM MANTA ASFÁLTICA	M2			
02.02.102	CCU - 02.003	DESMONTAGEM DE ESTRUTURA METÁLICA COM RETIRADA DE SOLDA E CORTE DE PEÇAS	M2			
02.02.103	97661	REMOÇÃO DE CABOS ELÉTRICOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF 12/2017	M			
02.02.104	97647	REMOÇÃO DE TELHAS, DE FIBROCIMENTO, METÁLICA E CERÂMICA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF 12/2017	M2			
02.02.105	97631	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF 12/2017	M2			
02.02.106	CCU - 02.004	DEMOLIÇÃO DE PISO CIMENTADO SOBRE LASTRO DE CONCRETO	M2			
02.02.107	100981	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF 07/2020	M3			
		* Considerada altura de 5cm para áreas dos itens 101, 102, 104, 105 e 106				
02.02.108	97914	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF 07/2020	M3XKM			
		* Considerado deslocamento em raio de 30KM				
02.02.109	100277	TRANSPORTE HORIZONTAL COM MANIPULADOR TElescópico, DE TELHAS TERMOACÚSTICAS, FIBROCIMENTO, AÇO ZINCADO, FIBROCIMENTO ESTRUTURAL, CANALETE 90 OU KALHETÃO (UNIDADE: M2XKM). AF 07/2019	M2XKM			
		* Considerado deslocamento em raio de 5KM				
					SUBTOTAL ITEM 02	
03.00.000		FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS				
03.02.000		ESTRUTURA METÁLICA				
03.02.100		REVISÃO PARA ADEQUAÇÃO DE CAIMENTO DA COBERTURA				
03.02.101	100763	VIGA METÁLICA EM PERFIL LAMINADO OU SOLDADO EM AÇO ESTRUTURAL, COM CONEXÕES PARAFUSADAS, INCLUSOS MÃO DE OBRA, TRANSPORTE E IÇAMENTO UTILIZANDO GUINDASTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 01/2020_P	KG			
03.02.102	100766	PILAR METÁLICO PERFIL LAMINADO OU SOLDADO EM AÇO ESTRUTURAL, COM CONEXÕES SOLDADAS, INCLUSOS MÃO DE OBRA, TRANSPORTE E IÇAMENTO UTILIZANDO GUINDASTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 01/2020_P	KG			
03.02.103	CCU - 03.002	PISOS COMPOSTOS (DET 5, DET 6 e DET 7)	M2			
03.02.104	CCU - 03.003	PASSARELAS PARA MANUTENÇÃO DE FACHADAS	M2			
03.02.105	100721	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF 01/2020_P	M2			
					SUBTOTAL ITEM 03	
04.00.000		ARQUITETURA E ELEMENTOS DE URBANISMO				
04.01.000		ARQUITETURA				
04.01.400		COBERTURA E FECHAMENTO LATERAL				
04.01.401	CCU - 04.001	TELHA TERMOISOLANTE REVESTIDA EM AÇO E=0,5MM, COM PINTURA BRANCA NAS DUAS FACES E NÚCLEO EM POLIIOCIANURATO (PIR) E=50MM	M2			
04.01.600		IMPERMEABILIZAÇÕES				

04.01.601	CCU - 04.003	MANTA ASFÁLTICA ALUMINIZADA E=4MM, A BASE DE ASFALTO MODIFICADO COM POLÍMEROS, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER	M2			
04.01.602	100489	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_08/2019	M3			
04.01.603	98563	PROTEÇÃO MECÂNICA DE SUPERFÍCIE HORIZONTAL COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:3, E=2CM. AF_06/2018	M2			
04.01.604	99814	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_04/2019	M2			
					SUBTOTAL ITEM 04	-
06.00.000		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E ELETRÔNICAS				
06.01.000		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				
06.01.500		ATERRAMENTO E PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS				
06.01.501	96973	CORDOALHA DE COBRE NU 35 MM², NÃO ENTERRADA, COM ISOLADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2017	M			
06.01.502	96974	CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM², NÃO ENTERRADA, COM ISOLADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2017	M			
06.01.503	98463	SUORTE ISOLADOR PARA CORDOALHA DE COBRE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2017	UN			
06.01.504	97882	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 0,4X0,4X0,4 M. AF_12/2020	UN			
06.01.505	CCU - 06.001	REVISÃO DE ISOLADOR TIPO ROLDANA EXISTENTE	UN			
06.01.506	CCU - 06.002	BARRA DE COBRE NÚ 3/4"X3/16"	M			
06.01.507	CCU - 06.003	CAIXA DE EQUALIZAÇÃO PARA ATÉ 11 TERMINAIS	UN			
06.01.508	CCU - 06.004	TERMINAL OU CONECTOR DE PRESSÃO PARA CABO DE 35MM2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M2			
06.01.509	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M3			
06.01.510	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	M3			
06.01.511	96995	REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE. AF_10/2017	M3			
					SUBTOTAL ITEM 06	
09.00.000		SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
09.02.000		LIMPEZA DE OBRA				
09.02.100		LIMPEZA PERMANENTE				
09.02.101	CCU - 09.001	LIMPEZA PERMANENTE DA OBRA	MÊS			
09.02.102	COTAÇÃO-09.003	CONTAINER P/ENTULHO	MÊS			
09.04.000		COMO CONSTRUÍDO (AS BUILT)				
09.04.100	CCU - 09.002	AS BUILT, DE TODOS OS PROJETOS	JOGO			
09.05.000		REPROGRAFIA				
09.05.100	COTAÇÃO-09.004	CÓPIAS DE PROJETO	M2			
					SUBTOTAL ITEM 09	
10.00.000		SERVIÇOS AUXILIARES E ADMINISTRATIVOS				
10.01.000		PESSOAL				
10.01.200		ADMINISTRAÇÃO				
10.01.201	93563	ALMOXARIFE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS			
10.01.202	93565	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS			
10.01.203	91677	ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H			
10.01.204	93572	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS			
10.01.205	101390	AUXILIAR TÉCNICO / ASSISTENTE DE ENGENHARIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS			

					SUBTOTAL ITEM 10	
				SUBTOTAL - OBRA (R\$)		

ANEXO III

TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2022-SEEC

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida no(a) _____, na cidade de _____, estado _____, neste ato representada pelo seu representante legal, _____, inscrito no CPF (ou CREA) sob o nº _____, declara que vistoriou o local onde os serviços serão realizados, Anexo e do Palácio do Buriti, porção Norte, no SAM lote 03, Eixo Monumental em Brasília/DF, bem como tem ciência de todas as particularidades e peculiaridades na execução do objeto do Pregão Eletrônico ____/20____, não podendo alegar no futuro desconhecimento do aqui tratado, para quaisquer fins e efeitos.

Por ser verdade, firmo a presente,

Brasília, ____ de _____ de 20 ____.

Representante da Empresa

ANEXO IV

TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2022-SEEC

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida endereço _____, neste ato representada pelo seu representante legal, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, declara que se **ABSTEM** de realizar a vistoria e está ciente que não poderá alegar desconhecimento do local, bem como das dificuldades que poderão surgir no curso da execução dos serviços objeto do Pregão Eletrônico nº ____/20____.

Brasília, ____ de _____ de 202__.

Representante da Empresa

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(em papel timbrado da empresa)

À Secretaria de Estado de Economia - SEEC.

Tomada de preços nº ____/2022.

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia, para execução da reforma da cobertura edifício Anexo do Palácio do Buriti.

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ e inscrição estadual nº _____, estabelecida no(a) _____, para a contratação supramencionada, de acordo com todas as especificações e condições do Projeto Básico e seus Anexos.

Item	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR ESTIMADO
1	Reforma da cobertura do edifício Anexo do Palácio do Buriti	
	Acréscimo – BDI – 24,15%	
Valor Global Estimado		

1. Valor Total estimado: R\$ _____ (valor por extenso).

2. Esta proposta é válida por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3. Informamos, por oportuno, que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes da prestação dos serviços objeto desta licitação, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

4. Declaramos de que cumprimos todos os prazos estabelecidos no Projeto Básico e seus Anexos.

5. Os dados da nossa empresa são:

a) Razão Social: _____;

b) CNPJ (MF) nº: _____;

c) Representante (s) legal (is) com poderes para assinar o contrato: _____;

d) CPF: _____ RG: _____-_____;

e) Inscrição Estadual nº: _____;

f) Endereço: _____;

g) Fone: _____ Fax: _____ E-mail: _____;

h) CEP: _____; e

i) Cidade: _____ Estado: _____.

j) Banco: _____ Conta Corrente: _____ Agência: _____;

k) Contato: _____ Fone/Ramal: _____

Local e data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO VI

TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2022-SEEC

MODELO DE COMPOSIÇÃO DO BDI

DETALHAMENTO DO CÁLCULO DO BDI CONSIDERANDO A PLANILHA		
AC	Administração Central	-%
S	Seguro	-%
R	Risco e Imprevistos	-%
G	Garantia	-%
DF	Despesas Financeiras	-%
L	Lucro bruto	-%
I	Tributos incidentes sobre o preço de venda	
	PIS	-%
	COFINS	-%
	CPRB	-%
	ISS	-%
EXECUÇÃO DE OBRAS		
BDI Calculado		-%

FÓRMULA:

$$\text{BDI} = [(1 + (\text{AC} + \text{S} + \text{R} + \text{G}))(\text{I} + \text{DF})(1 + \text{L}) - 1] \times 100$$

(1 - I)

* Fórmula extraída das Orientações Para Elaboração De Planilhas Orçamentárias De Obras Públicas, Tribunal de Contas da União, 2014. Página 91.

* A proponente deverá apresentar planilha analítica do BDI, demonstrando os percentuais de cada um dos itens que compõem cada um dos grupos em conformidade com o seu regime de tributação.

* A empresa deverá indicar o regime de tributação a que está sujeita, apresentando os comprovantes e balanços necessários para justificação dos percentuais de impostos aplicados.

* A proponente poderá adequar ou reduzir os valores de BDI, desde que respeite as orientações contidas no Acórdão n.º 2622/2013 – TCU - Plenário.



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA GUIMARÃES PINHEIRO MITUITE - Matr.0279243-5, Diretor(a) de Arquitetura**, em 21/07/2022, às 09:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE OLIVEIRA DE CARVALHO - Matr.0276106-8, Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 21/07/2022, às 10:18, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ELIZABETE BORGES - Matr.0277608-1, Coordenador(a) de Gestão de Próprios**, em 25/07/2022, às 19:05, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 verificador= **91533202** código CRC= **C98900F0**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti. Térreo, sala 104 - Bairro Zona Cívico-Administrativa - CEP 70075-900 - DF

3313-8174